



REVISTA DE **CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS**

UMA AUTOETNOGRAFIA A RESPEITO DA BUROCRACIA PRESENTE NA ATIVIDADE DOCENTE NO ENSINO MÉDIO

Rafael Nunes Rosa¹

Geovane Ferreira Gomes²

RESUMO: A crescente racionalização na modernidade afeta o ambiente escolar na forma de burocracia nas atribuições docentes, materializada em relatórios e reuniões que têm consumido tempo docente, podendo afetar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, este artigo tem por objetivo avaliar como a burocracia está presente, afeta e modela a ação docente e os impactos no ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada será a autoetnografia, caracterizada por ser uma interpretação do objeto por um sujeito inserido no local de análise, porém de maneira reflexiva. Este trabalho está ancorado na sociologia de Max Weber, pela proximidade desse autor com o binômio burocracia-racionalização, pela importância que dá à questão da compreensão da realidade por parte do sujeito da ação e pela noção de tipo ideal utilizada para construir o modelo de docente. Para produzir a reflexão autoetnográfica, contrapusemos o olhar de Weber ao conceito de governamentalidade de Michel Foucault. Dentre os resultados destaca-se um reconhecimento da importância da burocracia, porém apresentou-se possibilidades de diminuir essa carga sobre os docentes. Como reflexão, aponta-se a contradição entre a percepção da necessidade da burocracia versus a submissão docente a uma forma de poder que retira sua autonomia, impactando a prática docente.

PALAVRAS-CHAVE: Autoetnografia. Burocracia na Educação. Max Weber.

AN AUTOETHNOGRAPHY ABOUT THE BUREAUCRACY PRESENT IN THE TEACHING ACTIVITY IN BASIC EDUCATION

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba. Atualmente pesquiso a Organização do Trabalho Didático. Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá - Campo Grande - MS. Graduado em Ciências Sociais Licenciatura na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba.

² Engenheiro Eletricista (FEI 1987), Cientista Social (Unicamp 2006), Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCar 2011), Doutor em Sociologia (UFSCar 2011). Professor adjunto dos cursos de Ciências Sociais, Direito e Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade Universitária de Paranaíba.

ABSTRACT: The increasing rationalization in modernity affects the school environment in the form of bureaucracy in teaching attributions, materialized in reports and meetings that have consumed teaching time, which may affect the quality of the teaching-learning process. Therefore, this article aims to assess how bureaucracy is present, affects and shapes the teaching action and impacts on teaching-learning. The methodology used will be autoethnography, characterized by being an interpretation of the object by a subject inserted in the analysis site, but in a reflexive way. This work is anchored in Max Weber's sociology, due to the proximity of this author to the bureaucracy-rationalization binomial, the importance he gives to the issue of understanding reality by the subject of the action and the notion of ideal type used to build the teacher model . To produce the autoethnographic reflection, we contrasted Weber's view to Michel Foucault's concept of governmentality. Among the results, it highlighted a recognition of the importance of bureaucracy, but possibilities were presented to reduce this burden on teachers. As a reflection, the contradiction between the perception of the need for bureaucracy versus the submission of teachers to a form of power that takes away their autonomy, impacting teaching, is pointed out.

KEYWORDS: Autoethnography. Bureaucracy in education. Max Weber.

UMA AUTOETNOGRAFIA ACERCA DE LA BUROCRACIA PRESENTE EN LA ACTIVIDAD DOCENTE EM LA EDUCACIÓN BASICA

RESUMEN: La creciente racionalización de la modernidad afecta al entorno escolar en forma de burocracia en las atribuciones docentes, materializada en informes y reuniones que han consumido tiempo de enseñanza, lo que puede afectar la calidad del proceso de enseñanza-aprendizaje. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo evaluar cómo la burocracia está presente, afecta y modela la acción docente y los impactos en la enseñanza-aprendizaje. La metodología utilizada será la autoetnografía, caracterizada por ser una interpretación del objeto por parte de un sujeto insertado en el sitio del análisis, pero de forma reflexiva. Esta obra se ancla en la sociología de Max Weber, por la proximidad de este autor con el binomio burocracia-racionalización, por la importancia que da a la cuestión de la comprensión de la realidad por el sujeto de la acción y por la noción de tipo ideal utilizada para construir el modelo docente. Para producir la reflexión autoetnográfica, contrastamos la mirada de Weber al concepto de gubernamentalidad de Michel Foucault. Entre los resultados, destacamos el reconocimiento de la importancia de la burocracia, pero se presentaron posibilidades para reducir esta carga sobre los docentes. Como reflexión, señalamos la contradicción entre la percepción de la necesidad de burocracia versus la sumisión de los docentes a una forma de poder que les quita autonomía, impactando en la enseñanza.

PALABRAS-CLAVE: Autoetnografía. Burocracia en educación. Max Weber.

INTRODUÇÃO

Observa-se no trabalho docente que parte das tarefas executadas se compõem de atividades burocráticas que, somadas às atribuições regulares, como a correção de avaliações, diminuem o tempo livre para a preparação das aulas, melhoria no processo educacional e de seu próprio desenvolvimento profissional.

A burocracia que citamos, e que definimos como o conjunto de atividades de controle, em geral realizadas fora da sala de aula e não dedicadas exclusivamente ao processo de ensino-aprendizagem, fazem parte da rotina profissional docente, e acabam por influenciar o resultado do ensino, além de regular e condicionar a vida do educador.

Este artigo tem por objetivo avaliar como a burocracia é percebida na escola e como afeta e modela a ação docente, especialmente na maneira como a burocracia consome o tempo, sem resultar em benefícios para o processo de Ensino-Aprendizagem.

Como suporte, este trabalho estará ancorado na sociologia de Max Weber pela proximidade desse autor com o binômio burocracia-racionalização e pela importância que dá à questão da compreensão da realidade por parte do sujeito da ação, pois este texto se apresenta como uma autoetnografia, elaborada a partir da posição de um dos autores, situado como professor do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal.

Caracteriza-se por ser uma autoetnografia, pois lidamos neste trabalho

com a interpretação dos próprios sentimentos em relação ao potencial do que a autoetnografia pode promover: a compreensão das ambiguidades que se colocam diante dos sujeitos que se inquietam, pesquisam e refletem sobre si mesmos (BOSSLE; NETO, 2009, p. 132-133).

No nosso caso, a ambiguidade é a atividade docente relacionada à promoção da educação versus a realidade em que parte cada vez maior do tempo dedicado ao processo de ensino-aprendizagem ocorre descolada e deslocada do que seria a atividade docente conforme apresentada nos cursos de licenciatura.

A autoetnografia possui como marca uma fronteira difusa entre sujeito e objeto, posto que a significação do objeto é interpretada por um sujeito mais ou menos inserido no ambiente que lhe preenche de maneira cultural e simbólica, o que confere à pesquisa uma hermenêutica própria (BOSSLE; NETO, 2009).

Como pode ser vista como uma espécie de confronto entre a expectativa e a experiência vivida, a etnografia permite, segundo Santos (2017), dar importância à

narrativa construída pelo sujeito-objeto-autor e, assim, dar fala a esses indivíduos, algo que, entendemos, distancia-se de modelos de pesquisa alicerçadas em métodos próximos das ciências da natureza. Entretanto, conforme salientam Davel e Oliveira (2018), parte fundamental da construção autoetnográfica demanda reflexividade por parte do pesquisador, pois se apresenta como “participante-observador” (p. 217) em vez de “observador-participante” (p. 217), posto que se encontra integrado à teia de significados que investiga.

Por conseguinte, para que funcione, a autoetnografia demanda um equilíbrio triádico alicerçado em uma orientação metodológica etnográfica e uma interpretação cultural, mediada por uma reflexão autobiográfica (SANTOS, 2017).

Para compor a etapa etnográfica, trazemos o regimento interno da escola, na tentativa de fugir do que seriam excessos de percepção, e comentários a respeito das atividades burocráticas realizadas no âmbito escolar que foram obtidos em conversas informais em salas de reunião de professores, o que ajudou a embasar os pontos de vista apresentados.

A finalidade e relevância desse trabalho não é propor uma guerra contra a burocracia ou lamentar seus impactos no trabalho docente, mas compreender a burocracia para refletir a respeito de oportunidades de utilizá-la a favor da atividade laboral do professor e do processo de ensino-aprendizagem.

A interpretação cultural será construída a partir do modelo de burocracia por meio da teoria de Weber. Será construído um tipo ideal de burocracia associado ao trabalho docente para, exercitando o modelo weberiano de sociologia comparativa, contrapor ao que foi observado para localizar oportunidades para que a atividade laboral do professor seja voltada de fato à melhoria contínua da educação, incluindo o seu próprio aperfeiçoamento. A esse olhar, iremos contrapor a teoria da governamentalidade de Michel Foucault para localizar a burocracia inserida em uma gestão populacional por parte do Estado.

A etapa autobiográfica da tríade autoetnográfica se faz presente por meio da localização de um dos autores como professor não efetivo em um ambiente que necessita de professores de tempo integral e, portanto, ávido por fazer parte desse grupo que ele considera seletivo, mas que encontra na burocracia um desafio a ser superado para atingir o que espera desde sua graduação. Ao final, apresentaremos reflexões relacionadas a esse caráter autobiográfico demandado pela autoetnografia.

O local observado foi uma escola pública municipal no interior do Mato Grosso do Sul, na periferia de uma cidade com população menor que 50 mil habitantes e afastada dos grandes centros urbanos.

DOMINAÇÃO E BUROCRACIA EM MAX WEBER

Segundo Giddens, o escopo da Sociologia é a elaboração do que seria o “diagnóstico institucional da modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 20). Entretanto, a modernidade apresenta formas diferentes conforme o autor que a investiga. Enquanto Marx enxerga a modernidade sob a ótica da sociedade burguesa, e Durkheim mediante a industrialização, Weber entende que o processo de “desencantamento do mundo”, isto é, um processo crescente de racionalização, foi o responsável por dar origem ao período moderno.

Em função desse rigor científico originado pela força da razão presente em seus escritos, Weber aponta que em sala de aula as únicas atividades aceitáveis são justamente as cognitivas, pois o objetivo desse lugar é a transmissão do saber científico (WEBER, 2011). Seguindo essa linha, entendemos que caberia à escola focalizar no processo de ensino-aprendizagem de forma que todas as demais atividades realizadas no ambiente escolar o orbitassem e fossem voltadas a garantir sua efetividade.

O problema e grande dificuldade é, portanto, definir quais atividades colaboram e quais não com o processo de ensino-aprendizagem. Quem as define é, geralmente, o administrador escolar que, embora orientado por diretrizes, tem uma certa visão de mundo que baliza suas ações. Em outros termos, a decisão do que fazer e com que finalidade, ainda que sujeita a imperativos exteriores, como uma diretriz educacional é, em última instância, definida pelo administrador escolar na forma de sujeito da ação e de seu julgamento do que é ou não importante.

Como a compreensão depende do sentido dado pelo sujeito, para Weber a ciência sociológica seria incapaz de produzir leis gerais. Weber entende que a sociologia criaria tipos conceituais com características específicas para esses modelos interpretativos, com a finalidade de buscar “conexões conceituais entre os problemas” em vez de “conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’” (WEBER, 2003, p. 83). Este modelo de análise é a base do que é chamado na sociologia de Weber de Tipo Ideal ou Tipo Puro.

Segundo Jaspers (1977), “Para ele, esses tipos são o instrumento metodológico para se chegar à realidade, e não a própria realidade” (p. 129). Dito de outra maneira, podemos entender que seria como olhar por meio de uma lente de forma a aumentar as particularidades do modelo, podendo, dessa maneira, observar de maneira comparativa os fenômenos, já que dada a impossibilidade de apreender o todo, restaria a compreensão de determinado evento culturalmente significativo para o sujeito.

Como o exercício da ciência sociológica weberiana não produz leis gerais e, portanto não haveria uma estrutura que organizasse o tecido social, a saída que Weber encontra alicerçado na sua sociologia centrada no indivíduo é que o controle não seria de

fora para dentro, mas ocorreria a partir do indivíduo, por meio do que seria uma aceitação à autoridade, ou seja, uma subordinação à dominação, isto é, “a probabilidade de encontrar obediência a ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (WEBER, 2000, p. 139).

É importante ter em mente que a dominação no sentido weberiano não é impositiva, como uma forma de exercício de poder. Ela é aceita pelos indivíduos, pois está alicerçada em um núcleo legitimado de autoridade, e é classificada por Weber a partir de três tipos ideais.

A primeira forma é a dominação “racional-legal”, aquela que ocorre dentro de um aparato administrativo ou jurídico, por meio de leis, normas e procedimentos formalmente estabelecidos. A segunda é a chamada dominação “tradicional”, que se estabelece por meio das tradições. Por fim temos a dominação “carismática”, alicerçada na figura de um líder carismático capaz de transmitir confiança aos indivíduos da sociedade (WEBER, 2000). Nos três casos prevalece a ideia de autoridade e legitimidade.

Essas três formas não são engessadas, já que necessariamente um tipo acaba carregando características de outro. Nada impede que o monarca tenha carisma e que o aparato jurídico também ateste a legalidade de seu cargo. Uma dominação racional poderá, mediante o carisma do governante, se transformar em outro tipo distante da legalidade, até mesmo instaurar um domínio tradicional, afinal, ao se utilizar a teoria weberiana, a própria dominação é um tipo ideal.

Trazendo a discussão de dominação e tipo ideal para a escola, entendemos que o professor acaba por exercer as três formas puras de dominação sobre os alunos e mesmo uma combinação delas. Entretanto, nosso objeto não é analisar a relação aluno-professor, mas entre professor e instituição, e nessa relação, predomina a dominação do tipo racional-legal.

Por sua vez, o tipo ideal, ou melhor, o tipo puro da dominação racional-legal é a burocracia.

BUROCRACIA COMO TIPO IDEAL

Como aponta Weber (2000), a burocracia é “o tipo mais puro de exercício da autoridade legal” (WEBER, 1976, p. 19) e é caracterizada por “impessoalidade formalista: *sine ira et studio*, sem ódio e paixão, e, portanto, sem ‘amor’ e ‘entusiasmo’, sob a pressão de simples conceitos de dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para ‘cada qual’ ” (p. 147).

Em outras palavras, é um conjunto de relações frias ancoradas no dever e “ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas” (GERTH; WRIGHT MILLS, 2002, p. 138), como é a relação entre professor e instituição escolar, orientada por horários, conteúdos programáticos a serem cumpridos e documentos como folha de presença e de notas, isto é, uma divisão de trabalho típica

estabelecida por uma linha hierárquica de atuação suportada pela competência técnica por parte dos agentes (WEBER, 1976).

Aparentemente, a burocracia se apresenta como algo estático, sólido e rígido. No entanto, se autorregula, podendo ser reorganizada para o melhor funcionamento administrativo. É importante considerar que, a rigor, a burocracia não é a realidade em si, mas o tipo ideal da dominação racional-legal, isto é, não existe da maneira como prevista nos manuais, mas apenas como um modelo a ser comparado com a realidade.

Como para Weber, devido sua abordagem centrada no sujeito da ação, não há espaço para generalizações, ou seja, categorias capazes de dar conta da totalidade, não seria possível falar em capitalismo, mas capitalismo (ARON, 2008). Assim também deve ser vista a burocracia, ou melhor, burocracias, pois em cada lugar ela opera de maneira específica. Como tipo ideal, a sua construção é uma entre muitas outras possíveis ao cientista social e, portanto, como enfatiza Aron (2008), sempre será uma construção parcial, pois escolhe algumas características, mas não outras para delimitar o objeto de comparação.

Portanto, se capitalismo e até cristianismo são tipos ideais, posto que podem ser vistos de diferentes formas, a própria burocracia inserida na atividade laboral do professor é um tipo ideal que pode levar a modelos diversos. Para Weber (2003), enquanto tipo ideal, não pode ser confundida com hipótese, por mais que aponte caminhos que permita formulá-las, isto é, a burocracia não pode ser vista nem como forma perfeita nem como objetivo a ser atingido, mas a um modelo para se comparar com a realidade. Cabe ao tipo ideal apenas formular uma rigorosa consciência ao que é específico dos fenômenos. Por isso, eles não podem ser confundidos com hipóteses. “Existem tipos ideais tanto de bordéis como de religiões” (p. 114), contudo, esse recurso é desenvolvido por Weber para praticar uma ciência da realidade.

Baseado no que foi apresentado, tentaremos construir um modelo de tipo ideal de docente para poder contrapor à realidade. Vale notar que essa construção é nossa e se baseia na nossa representação da atividade docente.

Mais importante ainda que a construção do modelo é o motivo de sua construção, que é permitir, durante a etapa de comparação entre o tipo ideal construído e a realidade observada, verificar se de fato a dominação presente na relação entre a instituição de ensino e docente se encontra legitimada a partir da dominação racional-legal em sua forma ideal, a burocracia, e assim, poder analisar os impactos dessa forma de dominação na educação.

A CATEGORIA DOCENTE COMO TIPO IDEAL

Utilizando o conceito de tipo ideal como ferramenta de modelagem, formaremos uma proposta de tipo ideal de docente do Ensino Básico baseada na vivência dos autores deste artigo e em demandas documentadas exigidas por escolas, para poder comparar com a experiência vivida de um dos autores em um sistema público municipal de educação.

Seguindo o individualismo metodológico de Weber, caso reuníssemos um grupo heterogêneo de pessoas e os perguntássemos a respeito da função docente, encontraríamos diversas respostas. Para uns, por exemplo, caberia ao professor passar o conhecimento universal. Para outros, a função docente seria educar ou preparar os estudantes para o mercado de trabalho. A Base Nacional Comum Curricular indica que cabe ao professor desenvolver no aluno habilidades e competências específicas (BNCC, 2019).

Grosso modo, além de estar devidamente preparado e diplomado em Instituição de Ensino Superior, o professor precisa ser aprovado em algum processo seletivo que valide seus conhecimentos, por exemplo, na forma de concurso público para praticar a atividade docente no serviço público ou qualquer outra forma de avaliação para a educação privada. Tanto um como o outro atestam que o professor está apto para trabalhar na função.

Tendo a competência para exercer o cargo, o docente necessita cumprir o regimento escolar. Cada escola possui um, e extraímos os dados a seguir do regimento de uma escola específica, que fez parte do local observado e relatado neste trabalho. Esse documento tem por objetivo “considerar as dimensões do cuidar e do educar, em sua inseparabilidade, para assegurar a aprendizagem, o bem estar e o desenvolvimento do educando em todas as suas dimensões” (REGIMENTO..., 2015, p. 05).

O regimento serve para, entre outras coisas, delimitar as obrigações do professor. Cita no artigo 85 que o registro de frequência é de obrigatoriedade do professor (REGIMENTO..., 2015, p. 16). Encontra-se no artigo 199, que a direção tem o dever de repassar as “transgressões” do professor para a Secretaria de Educação (REGIMENTO..., 2015, p. 31). Mesmo sendo extenso, faz-se necessário trazer os deveres do professor previstos no documento. Vale notar que dos 24 deveres dos professores, apenas cinco deles se realizam efetivamente no interior da sala de aula.

Art. 207. São deveres dos integrantes do corpo docente: I – cumprir fielmente o horário e o calendário escolar; II – estar presente na Unidade Escolar pelo menos 10 (dez) minutos antes do início de sua aula; III – prevenir em tempo hábil a direção da Unidade Escolar de suas eventuais faltas; IV – zelar pela disciplina; V – acatar as decisões da direção e demais autoridades da Unidade Escolar; VI – atender às solicitações de interesse do ensino feitas pelos demais órgãos competentes; VII – participar de reuniões administrativas, técnicas e pedagógicas, seminários, encontros e atender as demais convocações da direção; VIII – participar de cursos de aperfeiçoamento e atualização, visando uma educação de qualidade; IX – elaborar o planejamento de ensino de acordo com a orientação pré-estabelecida e entrega-lo no prazo determinado pelo órgão competente; X – colaborar com a direção e coordenação da Unidade Escolar na organização e execução dos trabalhos complementares de caráter cívico, cultural e recreativo; XI – ter como meta à formação integral do educando visando antes à segurança de que a extensão de conhecimentos conduzindo-o à formação de bons hábitos e à capacidade de pensar; XII – preparar convenientemente as aulas; XIII

– reger as atividades de acordo com plano elaborado adequando-o às situações imprevistas; XIV – manter em dia a correta escrituração do diário de classe; XV – estabelecer com o educando um regime de constante colaboração, tratando-o com firmeza, bondade, respeito e compreensão; XVI – proceder à avaliação do educando atribuindo a média de aproveitamento, entregando-a na secretaria da Unidade Escolar no prazo para isso estipulado no calendário escolar; XVII – comentar com os educandos os resultados dos trabalhos e das avaliações esclarecendo-lhes os erros que tenham cometido; XVIII – comunicar à direção e ao professor coordenador o nome do educando que apresenta dificuldade de aprendizagem; XIX – receber condignamente as autoridades; XX – manter com os colegas e superiores espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa; XXI – cumprir a carga horária de suas atividades; XXII – exercer com dignidade suas funções, pautando pela ética profissional; XXIII – vestir-se adequadamente; XXIV – elaborar, juntamente com o professor coordenador e aplicar provas especiais (REGIMENTO..., 2015, p. 35-36).

Referente às proibições previstas no Regimento Escolar (2015, p. 37), o docente não pode externar aos discentes assuntos que a direção ou coordenação pretende manter em sigilo; tratar de assuntos particulares que não fazem menção ao conteúdo e atender telefone celular; realizar ditados; passar as respostas das avaliações; doutrinar ideologicamente os discentes; ridicularizar o estudante com relação às suas crenças religiosas; aplicar penalidades que não estão previstas legalmente; sair da sala de aula ou dispensar os educandos antes do horário.

O professor também precisa participar das formações, que são encontros em grupos, podendo ser destinados aos docentes ou mesmo para os outros profissionais da educação. Podemos entender isso como uma grande conquista da categoria, pois na medida em que a ciência, a história, a literatura e as demais disciplinas passam por mudanças, essas devem chegar ao professor para que mantenha seu conhecimento atualizado.

Nas formações os professores se tornam alunos, pois sentam e ouvem alguém escolhido pela Secretaria Municipal de Educação. Costumeiramente são os técnicos de cada área, que ministram cursos nas diversas áreas do conhecimento. Os espectadores podem ou não receber certificado por participação.

Entendemos ainda que a sociedade exige que o corpo docente goze de boa reputação perante a sociedade, afinal sua função está intimamente ligada à educação de crianças e, por vezes, esbarrará na construção de alguns significados que a comunidade irá ou não aprovar. Nesse sentido, o profissional da educação precisa, além dos critérios estabelecidos pela legalidade, estar em conformidade com a conduta que se espera socialmente de um educador, como polidez no falar, cumprir seus compromissos financeiros, cuidar da aparência e higiene pessoal, manter-se sóbrio, entre outros.

Além disso, o papel docente é construído desde o curso de graduação em que um corpo de conhecimento que vai desde as disciplinas que serão futuramente ministradas

até conhecimentos de didática e psicologia se fazem necessários (NÓVOA, 2019), e ajudam a compor o tipo ideal de docente.

Em suma, o regimento escolar indica apenas parte das obrigações e conduta. Outros comportamentos se encontram de forma tácita na sociedade e derivados da ideia que o docente deve ser um exemplo ao seu educando na esfera moral, administrativa e de conhecimento.

Nesse contexto, fica delimitado o papel docente, sendo o responsável pelos controles e regulamentos exigidos pela escola para dar conta da tarefa educacional, além de ser um exemplo para a sociedade e estar em contínuo processo de aprendizado e aperfeiçoamento.

O passo seguinte é, tendo construído o tipo puro de professor, capaz de atender ao mesmo tempo diversos e distintos clientes, como o Estado, pais, alunos e sociedade, vejamos agora como se configuram as reais funções de um professor típico da educação básica.

A CATEGORIA DOCENTE COMO TIPO REAL

Conforme o modelo de tipo ideal construído anteriormente, é esperado que parte das atribuições docentes ocorram fora da sala de aula. Entretanto, pouco se discute a respeito do quanto de atividades são realizadas fora da sala de aula. Considerando que a rotina docente de um dos autores deste artigo engloba ministrar dezesseis aulas por semana, em seis salas diferentes, atendendo a cerca de 180 discentes, é evidente que serão necessárias mais que as oito horas-aula por semana que são efetivamente pagas para atender as demandas realizadas fora da sala de aula.

Outro fator que dificulta a preparação das atividades docentes no ambiente observado, é que em quatro dessas oito horas-aula destinadas à preparação de tarefas, o professor é obrigado a estar na unidade escolar, local em que o ambiente destinado ao cumprimento dessas horas é sempre movimentado, tendo de atender a pais, coordenadores e outros profissionais na escola, e sem condições materiais necessárias, como computadores disponíveis a todos. Nesse espaço e tempo, o professor tem que realizar diversas atividades conforme descritas a seguir.

PREENCHIMENTO DE DIÁRIO ESCOLAR

Diários escolares são relatórios em que se colocam algumas informações sobre cada aluno de maneira individualizada, geralmente em sistemas informatizados. É exigido ao docente preencher o diário diariamente, apontando as faltas, notas das avaliações realizadas e descrever pormenorizadamente as atividades realizadas em cada uma das aulas dadas.

O diário fornece ao professor informações como transferências, estudantes afastados por problemas de saúde e boletim escolar contendo notas e faltas em todas as disciplinas da educação básica. Contudo, o sistema sempre apresenta problemas de caráter funcional/técnico, o que consome tempo do professor para preenchê-lo.

A chamada que alimentará o diário deve ser realizada durante a aula. Entretanto, como é proibido o uso de objetos eletrônicos em sala de aula, o professor fica impedido de utilizar o notebook ou outra ferramenta informatizada e, mesmo se pudesse, depararia com a falta de sinal de internet³, que não funciona em todo espaço escolar e, conforme a escola, tem sua senha alterada constantemente na tentativa de impedir que os alunos o utilizem. A rigor, o professor toma nota das atividades realizadas durante a aula e, posteriormente, provavelmente atualizará o sistema em casa, devido às dificuldades técnicas já citadas.

Os diários têm prazo para estar atualizados devido sua importância em questões ligadas, por exemplo, à evasão escolar. Caso o discente venha a faltar três vezes seguidas, o professor deve avisar à coordenação, que irá acionar os responsáveis ou mesmo o conselho tutelar. Em caso de alterações nas aulas previstas ou realizadas, o professor precisará atualizar o planejamento.

Em geral, no dia de fechamento dos diários, os professores ficam depois do expediente para assinar os canhotos que atestarão as informações. Os diários são conferidos por um secretário e, ainda que sejam em formato digital, muito se gasta em papel com impressão.

AVALIAÇÕES

Há grande variedade de avaliações aplicadas aos alunos. Há atividades avaliativas (exercícios que o aluno pode responder em casa ou em grupo, como pesquisa na *internet*, analisar uma música, entre outras), provas mensais, provas bimestrais e outras atividades complementares. Nesse sistema avaliativo, os professores podem avaliar o discente com notas que valem até 40% da nota mensal, conhecidas, conforme o lugar, como, “nota livre”, “nota de conceito”, “nota de participação”, “modo transversal de avaliar”, entre outros.

Nas atividades avaliativas e nas provas mensais os professores possuem mais autonomia, tanto para elaborar como na sua aplicação. As atividades podem ser de diversos tipos. Em geral, se aplicam várias perguntas numa folha para serem respondidas pelos alunos, podendo ser questões objetivas ou dissertativas. As atividades avaliativas

³ Chega ser um paradoxo pensar nessa proibição em tempos de pandemia. Todavia, nos períodos de aulas regulares e presenciais, tal proibição se fazia presente. Não bastassem regulamentações pedagógicas desatualizadas diante ao contexto globalizado em que vivemos, a oferta precária e, em muitos casos, a ausência de oferta de internet em escolas públicas, impossibilitaria o desenvolvimento eficaz de ensino híbrido nas escolas públicas, como demonstrou a crise da Covid-19.

não podem ultrapassar a nota quatro, que será somada às notas das provas mensal e bimestral, para depois se obter a média do bimestre.

A prova mensal não pode ultrapassar seis pontos. A orientação é que a prova tenha pelo menos dez perguntas valendo seis décimos cada, totalizando a nota seis. As avaliações bimestrais são elaboradas pelo professor que as envia para a coordenação cinco dias antes da data prevista para aplicação da prova. A coordenação fará as correções e apontamentos que considerar necessários, e reenviará para o corpo docente que corrigirá o que foi apontado.

No entanto, essa prova geralmente não é lida pela coordenação em tempo adequado. Muitas das vezes o professor fica esperando o parecer da coordenação até o dia anterior à realização da mesma para imprimi-las. Nessa situação, torce para que a impressora esteja disponível; caso contrário terá que imprimir em outro lugar e arcar com as despesas.

Em alguns casos o docente precisa levantar o mais cedo possível, chegar à escola antes de todos e realizar o trabalho que poderia ter sido facilitado desde o começo. Algumas escolas fornecem impressoras e tinta, mas nem todas. No início do ano letivo os alunos são orientados a providenciar as folhas para impressão, que geralmente acabam no terceiro bimestre. A partir daí, torna-se um problema conseguir folhas para impressão das provas.

O educador passa grande parte do seu tempo corrigindo essas provas de maneira contínua, pois depois das atividades avaliativas acontecem as provas mensais; em seguida as bimestrais e depois as recuperações para aqueles que não alcançaram notas esperadas. O professor fica sobrecarregado com tantas atividades para corrigir em sequência. A correção é uma das etapas; dar a devolutiva aos alunos corresponde à outra e, por fim, colocar as médias no sistema.

PLANEJAMENTOS

O planejamento é quinzenal. Nele o docente coloca todas as ações que desenvolverá durante aquela respectiva quinzena. Depois de feito pelo professor, inserido no sistema e enviado para a coordenação, o planejamento será revisado pela coordenadora para, se necessário, ser corrigido pelo professor. Todavia, assim como as avaliações bimestrais, os planejamentos também não são vistos no prazo adequado.

Em termos gerais, o planejamento é o requisito que mais utiliza tempo e a etapa mais complicada da função. Ele é composto por dados gerais sobre cada turma, conteúdo, metodologia, recursos e avaliação.

Os dados gerais contemplam a identificação da classe (Fundamental I ou II, série e turma), e se há na classe aluno público alvo da educação especial. Caso positivo, o docente deve fazer um planejamento específico para atender às especificidades desse(s) aluno(s).

Os conteúdos são discriminados por disciplina. Por exemplo, na disciplina História, o conteúdo “Mercantilismo” é desdobrado em diversos objetivos, como “Identificar as transformações políticas, sociais e culturais a partir da acumulação primitiva do capital”; e “Descrever o processo de colonização e aculturação na consolidação do mundo moderno”.

A metodologia é um espaço destinado para o professor descrever, de maneira detalhada, como irá ensinar os discentes. Se for trabalhar um filme, por exemplo, é necessário especificar se o filme será visto pelos educandos na escola ou em casa e se assistirão em grupo ou individualmente; além disso, é necessário informar a duração do filme, justificar a relevância da produção cinematográfica para o aprendizado e um resumo contando o enredo. Orienta-se que cada aula pertencente à quinzena esteja devidamente descrita no planejamento.

Os recursos são os materiais utilizados na construção do conhecimento em sala ou fora dela. Pode ser recurso audiovisual, giz, lousa, livro didático, dicionário, tinta, argila, entre outras possibilidades, conforme conteúdo, disciplina, escola, estudantes e professores.

No campo destinado à avaliação, o professor apresenta suas maneiras de avaliar os alunos, apontando, além das avaliações diversas, o progresso do estudante no decorrer dos dias em sala, com as atividades realizadas no caderno e por meio da oralidade, quando o discente faz um comentário pertinente, lógico e coerente sobre determinado assunto. No cotidiano escolar o professor pode absorver melhor o aprendizado dos educandos, já que as avaliações escritas têm seus limites. A avaliação demanda contínua visita dos professores ao planejamento.

No ambiente observado, o planejamento deve ser inserido no sistema até o oitavo dia do mês para aplicação na segunda quinzena, e até o dia vinte e três para ser utilizado na primeira quinzena do mês seguinte.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS

Como toda instituição social, a escola possui suas regras de conduta que, quando não cumpridas, precisam ser reportadas. Por exemplo, quando o aluno extrapola os limites estipulados, ele poderá receber uma advertência por escrito. Se o mesmo não mudar sua conduta receberá outras, chegando à suspensão por três dias ou mesmo a expulsão.

Mas, antes que sejam tomadas medidas drásticas contra o estudante, é necessário que as atitudes dos alunos estejam registradas no livro de ocorrências⁴ para que se legitime ações mais severas. Por exemplo, caso o aluno não queira copiar a matéria da lousa, o professor escreverá no livro de ocorrências que naquele dia o aluno não quis copiar a matéria. Ou que a aluna rasgou o caderno, ou que a sala não parou de conversar enquanto o docente tentava explicar o conteúdo, etc., conforme o ocorrido. Esse livro

⁴ Em alguns lugares conhecido como Livro Preto ou Livro Vermelho.

serve para municiar a coordenação com dados assinados pelo discente e pelo professor quando a família for à escola reclamar do desempenho do aluno.

HORA COLETIVA

A hora coletiva é o momento em que uma parte ou toda a comunidade escolar se reúne para deliberar sobre a escola. Geralmente, participam professores, coordenadores e diretores. Os professores são avisados por meio de convocação escrita ou por meios informais, como as redes sociais.

Nesse evento, os professores assistem a palestras. Em geral, os coordenadores levam temáticas motivacionais para, segundo eles, entusiasmar os profissionais da educação. Nessas reuniões são tratados problemas de toda sorte. Diretores fazem exigências, repetem algumas regras, evidenciam a dificuldade de alguns profissionais para lidar com alunos e falam das reclamações dos pais ou responsáveis.

Caso a Secretaria de Educação pretenda implantar um novo modelo metodológico ou mesmo realizar alguma campanha, será nesse momento que os coordenadores e diretores a apresentarão ao restante dos membros da escola. Dentre os casos vivenciados, podemos citar a recente implantação da Base Nacional Comum Curricular.

Nessas situações, em geral, conforme percebido por um dos autores, ocorrem discussões realizadas sem profundidade, com professores entediados, nervosos e cansados de tantas conversas e obrigações, pois a cada novo encontro o docente levará para casa mais afazeres. Em suma, a hora atividade serve para discutir os problemas relacionados à Escola e, por meio da conversa, chegar a alguma solução democrática dos problemas e atingir as metas propostas. Na prática opera trazendo mais tarefas extra-sala de aula, e atuando como elemento desmotivador.

Entretanto, ela nos remete às atividades de formação, fundamentais ao crescimento e atualização contínua do corpo docente. Na prática, no ambiente observado, essas formações ocorrem geralmente em sábados letivos, durante a semana em dias que não haverá aula com os alunos, ou depois do término do período vespertino.

Nelas, os palestrantes falam com maestria e, ao ir embora, deixam ao professor a missão de colocar em prática um suposto método eficiente. Vale salientar que essas formações podem ocorrer na sequência de dez aulas ministradas na educação básica o que, por vezes, diminui a retenção do conteúdo. A sensação é que, ainda que bem-intencionada e de ser uma conquista, em vez de aliviar o cotidiano do educador, as formações e também as horas coletivas acabam por sobrecarregar ainda mais o docente com novas tarefas a serem realizadas. A propósito, é esperado o comparecimento de todos, sob pena de desconto em folha de pagamento.

REFLEXÃO SOBRE AS ATIVIDADES BUROCRÁTICAS E O PAPEL DO PROFESSOR

O que buscamos apresentar nos tópicos anteriores foi a realidade da vida do professor em um sistema público municipal de educação. Esses dados foram obtidos a partir de ouvido atento aos comentários de vários colegas e da própria vivência como professor.

Vale notar que em momento algum a ideia é lamentar sobre a burocracia na atividade docente. No nosso entendimento, essas atividades são importantes. Por exemplo, é óbvio que se a criança deixa de comparecer à escola após um certo período, alguma ação precisa ser tomada. Pode ser, por exemplo, uma questão de saúde pública ou de violência doméstica. O município precisa dessa informação.

Quando a racionalidade se encontra com a necessidade de governar pessoas, o resultado só pode ser a execução dessas tarefas. O problema não está nas atividades em si, intrinsecamente importantes, mas na execução delas pelo corpo docente. Isso toma tempo que poderia ser utilizado para melhorar a aula, para dar mais qualidade de vida ao educador e, por conseguinte, resultados mais satisfatórios no ensino. Entendemos que algumas delas são de responsabilidade do professor, mas não todas.

Por exemplo, a escola poderia ter uma portaria, com profissionais responsáveis pelo controle de acesso e aptos para monitorar a frequência dos estudantes e suas faltas, monitorar o circuito de câmeras, além de cuidarem do prédio e da segurança de todos. Outra possibilidade é a unificação entre os resumos de atividades exigidos no diário com a metodologia do planejamento quinzenal, pois ambos acabam sendo relacionados à mesma coisa, quando não iguais. Nessa perspectiva, o registro seria realizado apenas uma vez, otimizando o trabalho.

De maneira surpreendente, o tipo ideal de professor descrito nos regulamentos, em que a grande maioria das atividades laborais do professor ocorreriam fora da sala de aula, representa um modelo bem próximo do observado na realidade concreta. A carga de trabalho burocrática está prevista no regulamento e consome o tempo de trabalho do professor.

O docente passa várias horas excedentes trabalhando para desempenhar sua função, tempo que, apesar de estar previsto no regulamento, é invisível, porém real, e que de certa maneira, impede o professor de atuar como o restante da sociedade espera, pois se dedica a atividades não percebidas pela sociedade.

Como é uma atividade invisível, por conseguinte é não remunerada; sobrecarrega os professores e pode contribuir no adoecimento desses profissionais, o que atrapalha o funcionamento da escola, afinal, docentes enfermos precisam ser readaptados ou afastados, acarretando em gastos futuros para administração pública, além de prejuízos aos alunos.

Constatamos, portanto, uma multiplicidade de tarefas a cargo do professor, levando a uma espécie de saturação da função docente. No ambiente escolar essa

saturação se dá na forma de preenchimento de relatórios e diários escolares, atividades de planejamento educacional e formações fora da sala de aula.

É válido, entretanto, questionar por que o Estado, no caso apresentado, o município, estabelece critérios tão racionais e precisos para a atividade de professor. Uma possibilidade pode ser encontrada junto à teoria de Michel Foucault (2006), no conceito de “governamentalidade”, que implica na construção de instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas voltadas ao governo de populações.

Governamentalidade implica na criação de aparelhos de governo concomitantemente com a produção de saberes (FOUCAULT, 2006). Nessa linha, a escola se enquadra perfeitamente nessa categoria e se mostra um instrumento de Estado para administrar grandes contingentes populacionais e, para isso, precisa de controle.

Percebe-se, portanto, nessa racionalização crescente do Estado a importância da utilização da escola como elemento central da governamentalidade, pois muitos dos controles realizados na escola visam a atender questões de governo, como o já citado controle de presença, necessário, entre outros, para verificar a evasão escolar.

Esses exemplos permitem, ainda que de maneira cuidadosa, promover um diálogo entre a racionalidade weberiana e a governamentalidade foucaultiana, evidenciando que a burocracia escolar se presta a atender demandas governamentais alicerçadas em cálculos racionais.

O ponto a ser salientado, entretanto, vai além de enxergar o conceito de governamentalidade inserido apenas em um contexto de racionalização voltado simplesmente ao que poderia ser pensado como uma gestão melhor de recursos em que uma nova divisão do trabalho no interior da escola se utilizaria da mão de obra docente para realizar tarefas burocráticas, o que permitiria uma leve aproximação com a teoria de Weber.

Não é isso o que a teoria de Foucault enfatiza: ela se concentra na questão do poder. Segundo Foucault (2010), a governamentalidade pode ser vista inserida em um conjunto de procedimentos que organizam como o poder é exercido pelo governo, ainda que visto como uma técnica (ou um conjunto de técnicas) ancorada por um discurso considerado verdadeiro e, portanto, aceito.

Governar, portanto, deve ser visto como a maneira de dirigir as condutas por meio de orientação, o que caracterizaria uma arte de governar, que pode ser traduzida como uma maneira própria de exercício do poder, que pode ser exemplificado com o fechamento de escolas durante a pandemia da Covid-19, realizado sem a necessidade do exercício da força, mas apenas por meio do conhecimento e direcionamento das condutas (CARVALHO; GALLO, 2020, p. 149-150), ou, analogamente à orientação da conduta docente diante do aumento da atividade burocrática no interior das escolas.

Longe de propor alguma comparação entre as abordagens de Weber e Foucault, afinal são teorias complexas, a ideia de governamentalidade-racionalidade de alguma maneira as torna complementares, afinal, a burocracia pode ser vista como uma estratégia de Estado para manter o controle das populações. Por esse olhar que propomos, a

burocracia seria uma estratégia para gerenciar populações. No caso específico, a população escolar.

Entretanto, e nesse momento a etapa reflexiva da autoetnografia se mostra necessária e importante, é possível perceber que o que em uma primeira etapa da análise se resumia a um trinômio racionalização-dominação-burocracia e, portanto, de compreensão da necessidade da dinâmica burocrática na condução da atividade docente e que permanecemos entendendo ser importante pelos argumentos colocados, se transforma em uma percepção de submissão ao exercício do poder governamental em que, no mínimo, se valida a não autonomia docente, pois o tempo consumido nessas atividades, parcialmente reconhecido pois não é totalmente remunerado, subtrai da atividade docente o tempo que poderia ser investido na melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Isso coloca o docente que julga a atividade burocrática como sendo importante, em uma posição contraditória com o que acredita: a ideia de autonomia. Não é apenas a racionalização e burocracia e, por conseguinte, dominação. O docente também está sujeito à governamentalidade e, sob ela, submisso ao poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade tem tantas nuances que nem o mais perfeito burocrata poderia prever. Como resultado dessa complexidade, o administrador educacional não consegue considerar em seu estudo o total de atividades realizadas pelo professor, subestimando o tempo dessas atividades que, em última instância, roubam o tempo de preparação de aula e atualização dos professores, prejudicando os estudantes.

Dentre os clássicos das Ciências Sociais, Max Weber foi aquele que pensou a burocracia em toda sua complexidade, como resultado de um processo crescente de racionalização. Entretanto, nesse processo de racionalização, a atividade docente fica repleta de atividades burocráticas, que mesmo sendo importantes no nosso entendimento, acabam por consumir tempo docente que poderia ser dedicado às atividades cognitivas, tão caras a Weber, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem.

A análise tipo ideal versus realidade observada demonstra que nossa preocupação é válida, afinal, as tarefas burocráticas encurtam o tempo do professor dedicado aos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, a aplicação do método comparativo weberiano nos permitiu apontar que a burocracia está presente tanto no tipo ideal que construímos, como na realidade observada, mas entendemos que é atividade invisível a diversos clientes da educação, como os pais dos alunos. Talvez por isso seja apenas parcialmente remunerada.

A governamentalidade-racionalidade como propusemos, age como uma espécie de camisa de força racional que empurra as instituições educacionais públicas a um mesmo formato de ação, voltado a fazer a gestão das populações. No caso escolar, da população estudantil e alicerçado em procedimentos administrativos burocratizados.

Todavia, a burocracia escolar alicerçada no trabalho do professor, em vez de legitimar, deslegitima a autoridade docente, pois ao ter que se dedicar cada vez mais a atividades fora da sala de aula que lhe retiram tempo de preparação, vai de encontro ao modelo de professor desenhado pela sociedade.

Da maneira como foi apresentada, a burocracia demonstra sua importância e se mostra necessária. Entretanto, da maneira como se coloca, mostra-se disfuncional, isto é, mais importante do que à instituição a que ela serve, no caso, à educação em si.

Contudo, é perceptível que o docente acaba por realizar diversas atividades que poderiam ser de responsabilidade de outros profissionais e/ou facilitadas por sistemas digitais mais sofisticados que reduziriam a burocracia. Uma mudança na maneira como a burocracia é gerenciada no sistema educacional liberária, em nosso entendimento, tempo docente para se dedicar à função de ensinar. Acreditamos ainda que, destinar parte das atividades burocráticas do professor para outros profissionais, além de desafogar o trabalho do educador, evitaria o número excessivo de profissionais desse setor nas filas dos hospitais, fazendo uso de remédios controlados ou sendo transferidos das salas de aulas, impulsionados por algum distúrbio psicológico.

A última reflexão, e que se apresenta como resultado da autoetnografia realizada, diz respeito à necessidade de apresentar as contradições e os paradoxos localizados no decorrer deste trabalho. Basicamente, a compreensão, por parte dos dois autores, é que burocracia é necessária e importante. Entretanto, ao refletir a respeito do poder que essa governamentalidade impõe à prática docente, concluímos que conceitos explorados e almejados desde a graduação, como autonomia, conhecimento das disciplinas e práticas pedagógicas, se encontram em posições subalternas no ambiente educacional, tornando cada vez menos importante a prática docente.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Trad. Sérgio Bath. – 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acessado em: 10/Out/2019.

BOSSLE, Fabiano; NETO, Vicente Molina. No “olho do furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, 2009.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/52688/34300>. Acesso em: 08 jul. 2021.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; OLIVEIRA, Cybele Amado de. A reflexividade intensiva na aprendizagem organizacional: uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional. **O&S** - Salvador, v. 25, n. 85, p. 211-228, Abr./Jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. A “**Governamentalidade**”. In MOTTA, Manoel Barros da (org). Michel Foucault – Estratégia Poder-Saber – Coleção Ditos & Escritos vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GERTH, H.; WRIGHT MILLS, C. **Max Weber: ensaios de sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Livros Técnicos e Científicos, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

JASPERS, Karl. **Método e visão do mundo em Weber**. In: COHN, Gabriel. Sociologia: para ler os clássicos. – Rio de Janeiro, RJ: Editora Livros Técnicos e Científicos, 1977.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>.

REGIMENTO Escolar. **Escola Municipal**. s.l., 2015.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. – 4ª ed. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In COHN, Gabriel (org). **Max Weber – Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. Ed. – São Paulo: Cultrix, 2011.

<p>Artigo recebido em: 29/04/2021. Aprovado em: 08/07/2021.</p>
